



GT 1 -Transparência, Governo Aberto e Participação

Apropriação de Redes Sociais Virtuais para o Desenvolvimento de Práticas Democráticas

Wellington Tavares ¹

Ana Paula Paes de Paula ²

Resumo: A democracia representativa se apresenta em declínio em vários países diante de uma série de crises relacionadas à representação, o que traz à tona a necessidade de mudanças nas formas de fazer política via ampliação da participação popular e de práticas democráticas. Nesse contexto tem ocorrido movimentos populares exigindo mudanças no âmbito da sociedade e do Estado para tornar suas instâncias, organizações e atividades mais participativas e abertas aos cidadãos, especialmente em decorrência do distanciamento dos políticos e partidos da sociedade, além de casos recorrentes de corrupção e atos antidemocráticos. Assim, esse estudo busca analisar e discutir as possibilidades democráticas desenvolvidas no ciberespaço das redes sociais virtuais e verificar como a cibercultura presente nas redes interferem no desenvolvimento da ciberdemocracia. Para o alcance desse objetivo, o estudo apresenta conceitos essenciais nesse campo, tais como: ciberespaço; cibercultura; e, o desenvolvimento da *Web 2.0* e dos *softwares* sociais.

Palavras-chave: Redes Sociais Virtuais. Ciberespaço. Cibercultura. Práticas Democráticas. *Web 2.0*.

Introdução

A democracia foi fundada como um modelo embasado predominantemente em atos de representação, deixando os indivíduos representados à margem das decisões e, muitas vezes, sem condições ou interesses de acompanhar e controlar as ações dos representantes. O fato é que o modelo se desvincilhou da natureza da democracia, passando por crises relacionadas à representação e trazendo à tona a necessidade de mudanças nas formas de fazer política por participação popular. É nesse contexto que teve início, em vários regimes democráticos, uma série de movimentos populares exigindo mudanças nos processos políticos para torná-los mais participativos e abertos aos cidadãos, especialmente em decorrência do distanciamento dos políticos e partidos em relação “ao povo” e de casos recorrentes de corrupção e atos antidemocráticos.

¹Doutor em Administração e Professor no Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: tom.ufop@gmail.com

²Doutora em Ciências Sociais e Professora na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: appmg.ufmg@gmail.com



Em vista dessa realidade e da crescente desaprovação das estruturas políticas vigentes pela sociedade, vários tipos de ações coletivas têm levado os indivíduos a apresentar demandas sociais e insatisfações diversas por meio de redes que englobam demandas e objetivos semelhantes e compartilhados, e que favorecem a atuação em favor de causas coletivas. As bases desse tipo de ação são bem fundamentadas na história por órgãos de classe, como sindicatos e associações civis diversas, bem como por revoltas populares e movimentos sociais. Contudo, novos espaços de interação têm surgido como forma de ampliar os espaços de discussões e participação social, a exemplo das redes sociais virtuais estabelecidas na internet.

Diante disso, esse estudo tem como principal questão de pesquisa a pergunta: Qual a importância do ciberespaço das redes sociais virtuais para o desenvolvimento de práticas democráticas? Assim, como forma de buscar respostas para esta questão, definiu-se como objetivo desse estudo analisar e discutir as possibilidades geradas no ciberespaço das redes sociais virtuais e verificar como a cibercultura presente nas redes interferem no desenvolvimento da ciberdemocracia.

Para o alcance desse objetivo, o presente estudo teórico está organizado, além dessa introdução, em seções que discutem, respectivamente: (1) o ciberespaço e o estabelecimento do que tem se convencionado chamar de cibercultura; (2) o desenvolvimento da ciberdemocracia a partir da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da Comunicação Mediada por Computador (CMC); e, (3) o desenvolvimento da *Web 2.0* e dos *softwares* sociais.

Parte 1. Ciberespaço e Estabelecimento da Cibercultura

O mundo atual, por ser muito dinâmico e mutável, faz com que o ritmo da mudança social seja “muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta as práticas sociais e modos de comportamento preexistentes” (GIDDENS, 2002, p.22).

Em outro contexto, da comunicação, o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos é um dos principais responsáveis por grandes transformações que a sociedade e a economia têm passado. A sociedade transforma-se em relação às formas de



comunicação, redução das distâncias, modos de se relacionar e mudança cultural, gerando uma espécie de “cultura internet” (CASTELLS, 1999) e a vida digital passa a exigir “cada vez menos que você esteja num determinado lugar em determinada ora, e a transmissão do próprio lugar vai começar a se tornar realidade” (NEGROPONTE, 1995, p.159). Na economia, há um impacto das tecnologias nos processos e na interação entre organizações, mostrando grande impacto sobre o capitalismo, transformado em virtude da era da informação (CASTELLS, 1999).

Rheingold (1996) discute a importância da Comunicação Mediada por Computador (CMC) na democratização da informação e no aumento da liberdade de expressão. E Castells (1999) mostra que a busca de identificação e sociabilidade determinou o surgimento de uma nova cultura, pela expansão dos ciberespaços, que eclodiram com o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e da CMC e que dão base para as formas de relações, trabalho e comunicação das pessoas.

A realidade pode ser compreendida como “virtualidade real”, ou seja, é percebida de modo virtual por meio de símbolos que lhe dão sentido. Além disso, não há definição rígida da relação entre tempo e espaço, visto que informações e elementos de diferentes tempos existem em diversos locais de forma simultânea. É nesse sentido que a internet impactou o mundo, constituindo novo espaço de interação social e econômica: o ciberespaço (CASTELLS, 1999). Hall (2005, p.70) concede especial atenção à constituição do ciberespaço, mostrando que “diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”, que influem nas formas como as identidades são localizadas e representadas.

O ciberespaço é, principalmente, um ambiente virtual criado por meio de uma rede de computadores, interligados ou não, “um espaço sem dimensões, um universo de informações navegável de forma instantânea e reversível” (LEMOS, 2004, p.128). Na visão de Lévy (2000, p.92), ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. De qualquer forma, “a interatividade, seja ela analógica ou digital, é baseada numa ordem mental, simbólica e imaginária, que estrutura a própria relação do homem com o mundo”. Assim, pode-se compreender como a interatividade virtual possibilita a aproximação das



pessoas e a criação de grupos ou comunidades virtuais, ao relacionar e perseguir objetivos comuns à coletividade (LEMOS, 2004).

Também com esse entendimento, Corrêa (2004) compara comunidades reais e comunidades virtuais: estas possibilitam criar laços e identificações que o indivíduo seleciona, diferentemente das primeiras, nas quais o indivíduo se vê na obrigação de aceitar elementos do contexto cultural, como símbolos nacionais e tradições.

Portanto o ciberespaço potencializa o surgimento “de agregações eletrônicas em geral que estão delineadas em torno de interesses comuns, de traços de identificação”, porque nesse tipo de ambiente as noções de espaço e tempo como barreiras para as relações são ignoradas, pois podem aproximar pessoas que nunca se encontraram pessoalmente (CORRÊA, 2004, p.5). Assim, há que se entender que o ciberespaço se apresenta como meio para conexões e interações entre os indivíduos e não como fator de mudanças, já que, ao possibilitar a comunicação entre indivíduos de diferentes partes do planeta, possibilita o intercâmbio de crenças, valores, ideias, comportamentos e conhecimento.

O conceito relacionado à cultura cunhado por Castells (1999), “cultura internet”, apoia-se na realidade social construída no espaço das redes. Esses espaços são definidos como espaço de fluxos, nos quais as práticas da sociedade se disseminam e são organizadas materialmente.

A cibercultura se apoia em três tendências: a interconexão, a criação de comunidades e a inteligência coletiva. A interconexão, que se entende como o estabelecimento de relações entre computadores, meios de comunicação, pessoas, grupos e instituições, pode gerar “curtos-circuitos entre os níveis hierárquicos e as culturas”. A criação de comunidades virtuais antecede a própria internet, sendo uma forma de os indivíduos explorarem outras possibilidades de comunicação e relações. Já a inteligência coletiva “representa o apetite para o aumento das capacidades cognitivas das pessoas e dos grupos, quer seja a memória, a percepção, as possibilidades de raciocínio, a aprendizagem ou a criação” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.14).

A inteligência coletiva, portanto, exerce papel primordial na manutenção e no crescimento de uma rede de usuários, bem como na comunicação entre seus membros,



sendo que a possibilidade de crescimento ilimitado se sustenta nas condições de interação e trocas de informações. Assim, a importância dos processos relacionados à inteligência coletiva no ambiente virtual está relacionada com favorecer o desenvolvimento da democracia ou “ciberdemocracia” (LEMOS; LÉVY, 2010). Outros autores chamam a atenção para as possibilidades de ação social, a exemplo de Rheingold (1996), que discute o ativismo nas CMCs.

Parte 2. O Desenvolvimento da Ciberdemocracia

A ciberdemocracia tende a crescer diante do aumento das possibilidades comunicacionais e da liberdade individual e coletiva, porque produção, distribuição e consumo de informações não se enquadram na denominação “mídias de massa” e têm a possibilidade de não serem controladas pelo Estado (LÉVY, 2002; LEMOS; LÉVY, 2010).

Apesar de, na atualidade, se referenciar os levantes da Primavera Árabe como movimentos sociais que ganharam força e evidência graças às redes sociais, a primeira grande experiência de ativismo pela internet ocorreu em 2004, no México. O caso em questão foi um movimento iniciado por mestiços e índios de diversas etnias herdeiras da cultura maia que ocuparam cidades do Estado de Chiapas, na região sul. Os guerrilheiros formaram o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), surpreendendo o governo, a sociedade e o mundo com a repercussão de suas ações. A partir da “Declaração da Selva Lacandona”, publicada no jornal mexicano La Jornada e posteriormente traduzida para vários idiomas, as informações foram disponibilizadas em endereços de conferências eletrônicas, podendo ser lidas por diferentes pessoas em vários países. O fato apresentou “eficiente rede de comunicação e solidariedade, utilizando os recursos do correio eletrônico e das redes de comunicação via Internet”, com alcance das informações e da luta “em todo o mundo por ativistas de direitos humanos, simpatizantes da causa zapatista e movimentos sociais alternativos”. Como resultado, após a circulação das reivindicações dos insurgentes zapatistas e das populações indígenas da região, foi despertada “a atenção não só da sociedade mexicana, mas de grande parte da população mundial para as demandas seculares daqueles povos até então esquecidos” (HORTIZ, 2005, p.175).



O uso da internet para ações de mobilização, engajamento e atuação social contrasta com o valor comercial da *web*, que tradicionalmente direciona setores, como a economia e a política. Essa alteração na forma do uso da internet resulta da “emergência das dinâmicas ativistas, já no final dos 90, que fizeram resgatar o sentido originário *peer-to-peer* da *Internet*, dando a ela um novo uso” e possibilitando a construção de sistemas mais democráticos (MALINI; ANTOUN, 2013, p.152).

O progresso relacionado à ciberdemocracia não é determinado, mas orientado para o desenvolvimento da liberdade, de forma exploratória. Por esse motivo, muitas vezes é confundido com desorganização, já que “é precisamente porque ele é um progresso da liberdade que ele se aproxima continuamente do caos e da catástrofe. Longe de estar garantido, o progresso da liberdade se alimenta do risco, o que o torna paradoxal e difícil” (LE MOS; LÉVY, 2010, p.40).

A tese da democratização possibilitada pela CMC é apresentada por Rheingold (1996, p.28) como resultado da “capacidade para desafiar o monopólio dos poderosos meios de comunicação detidos pela hierarquia política e talvez assim revitalizar a democracia dos cidadãos”. Para o autor, a formação de uma elite detentora dos canais de telecomunicações constitui “uma ameaça emergente para os cidadãos”, motivo pelo qual a CMC possibilita a democratização da informação e as possibilidades de fazer democracia por meio do ciberespaço.

A ciberdemocracia permite que a democracia seja exercida através do ciberespaço em nível mundial, mas não significa a extinção das formas tradicionais de fazer democracia. A ciberdemocracia apenas favorece o processo por meio de ferramentas tecnológicas que comportam ações e mobilizações em escala global. Portanto essa forma de democracia está intimamente ligada ao ciberespaço, “pois ambos implicam aquilo que a humanidade tem de mais essencial: a aspiração à liberdade e à potência criativa da inteligência criativa” (LÉVY, 2002, p.32).

A Figura 1 permite compreender os elementos tratados nesta seção e suas relações, em especial o ciberespaço, a cibercultura e a ciberdemocracia.

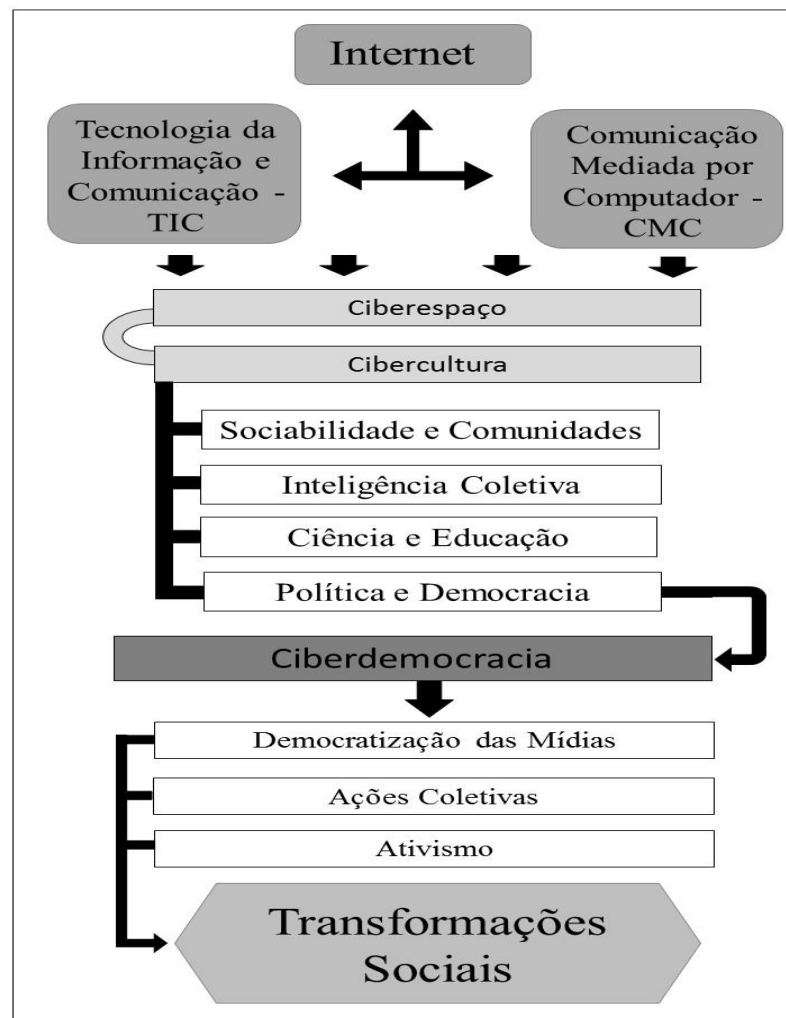


Figura 1. Ciberespaço e surgimento da cibercultura e da ciberdemocracia
Fonte: Tavares, 2015.

Pela Figura 1, pode-se compreender que a relação entre internet, TIC e CMC propiciou o surgimento do ciberespaço, que, por sua vez, possibilitou o surgimento da ciberdemocracia e a transformação de muitos contextos sociais, nos quais se ressalta o campo da política e da democracia. Graças a isso, pode-se falar em estabelecimento da ciberdemocracia, que permite a realização de ações com vistas ao alcance de transformações sociais.

É fato que a internet se atrela à democracia, possibilitando que os cidadãos se insiram nos processos políticos de forma mais facilitada e ampliada, tanto do ponto de



vista técnico como do ponto de vista das mudanças paradigmáticas das relações e das comunicações. Por isso, ela pode colaborar com a educação democrática e o aumento de interesse pela política (COLOMBO, 2006).

Assim, há possibilidades de ampliação da democracia por meio da internet e de novas organizações sociais, já que associações tradicionais, como sindicatos, partidos políticos e organizações religiosas, parecem ter a procura reduzida por parte dos cidadãos interessados em participação na política. É, por exemplo, nas “*redes sociais* que se tecem no âmbito dos desejos e das intencionalidades, que circulam os interesses, os bens e as informações num universo político não-especializado e institucionalizado” (DOIMO, 1995, p.151) [*grifo da autora*]. Há, no entanto, muita discrepância entre a interação comunicacional e a contribuição objetiva em projetos ou ações específicas nestas redes (FERREIRA, 2011).

Ao buscar entender a dinâmica relacional e comunicacional propiciada pela internet, em especial para a juventude, Carmo (2001, p.254) defende que “hoje o impulso é dado pelo computador, símbolo por excelência de um conjunto de tecnologias que realmente põe à disposição de grandes massas uma profusão de informações e conhecimentos, chegando ao risco de saturação”. O autor afirma que “estamos em um meio saturado de imagens, símbolos e informações, mas ainda carente de análises e reflexões. O difícil é saber *como* processar essa enxurrada de informações” [*grifo do autor*].

Em virtude dessa dificuldade de se compreender ainda o impacto destas mudanças em termos democráticos, ocorre que os debates sobre participação política na internet sofrem da ausência de discussões sobre a dinâmica organizacional e institucional no interior das comunidades *on-line* engajadas em ações políticas. Também se verifica ausência de discussões sobre implicações sociopolíticas do contexto. Portanto, é necessário que pesquisas, neste campo, reconheçam e discutam as relações entre os movimentos democráticos, as mídias digitais e as formas de organização *on-line* (SHAW, 2012).

Torna-se complexo qualquer trabalho que busque compreender, de forma geral, o que está ocorrendo em termos de tecnologias e de política. Carmo (2001, p.261-262)



afirma que “na atualidade não se fala mais em grandes movimentos. A revolução que está sendo travada é molecular. Os jovens de hoje não estão preocupados em partir para grandes projetos de transformação social. Abrem-se a toda espécie de rebelião, sem um objetivo único”. O autor ainda defende que pequenas iniciativas “mesmo não tendo visibilidade na mídia, contribuem para a transformação social e dão esperanças de que contestar, resistir e propor alternativas não é uma atitude ultrapassada e fora de propósito”.

Neste contexto de democracia pela internet que se desenvolve na atualidade, os jovens se destacam como protagonistas na utilização das ferramentas propiciadas nos mais diversos tipos de *softwares*, em especial os que permitem a criação de redes sociais virtuais com potencialidade para gerar Redes Sociopolíticas Virtuais. Importante é destacar que, com a ciberdemocracia, parece haver ressurgimento de ações políticas desses jovens que há muito tempo não se viam no Brasil, por exemplo, talvez desde o movimento dos caras-pintadas na década de 1990.

Entendida a influência exercida pelas informações em um ambiente virtual e democrático, busca-se esclarecer, na próxima seção, as possibilidades de interação no ciberespaço por meio dos *softwares* que permitem a construção de redes de participação democrática.

Parte 3. Web 2.0 e os Softwares Sociais

Considerável avanço na computação ocorreu com o surgimento da *Web 2.0*, responsável pela criação e pelo estabelecimento de novo paradigma na internet ao permitir que os usuários participassem das discussões e trocas de conteúdo, de forma colaborativa e recíproca (SANTOS JÚNIOR; MANTOVANI, 2010). Lai e Turban (2008) discutem o conceito de *Web 2.0*, cuja importância defendem para o desenvolvimento dos serviços disponibilizados pelas redes sociais virtuais e que apresentam junto com um modelo relacional que envolve três aspectos da vida social e de trabalho na internet: tecnologia, pessoas e comunidade. Portanto o usuário interage nas redes virtuais tanto para manter relações quanto para se beneficiar de interesses comuns com outros usuários nas comunidades virtuais.



Assim, a atualidade é marcada pela “computação social” ou *Web 2.0*, que dá condições ao usuário de criar e disponibilizar conteúdo na rede mundial de computadores, como “agente ativo” no ciberespaço e que guarda estreita relação com o surgimento e fortalecimento da ciberdemocracia planetária, que se encontra em “gestação”. Lemos e Lévy explicam que “a computação social da *Web 2.0* aporta uma modificação essencial no uso da *web*. Enquanto em sua primeira fase a *web* é predominantemente para leitura de informações, esta segunda fase cria possibilidades de escrita coletiva, de aprendizagem e de colaboração na e em rede” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.52).

A partir do desenvolvimento da *Web 2.0*, foi desenvolvida uma série de *sites* e *softwares*, entre os quais os “*softwares* sociais”. Destaca-se que o termo foi (re)afirmado por Clay Shirky, em 2002, para abranger uma vasta possibilidade de utilizações, como “*all uses of software that supported interacting groups, even if the interaction was offline*”, por meio da *Web 2.0*. Por vezes são usados outros termos, mantidas as semelhanças conceituais, como *groupware*, *computer-mediated communication* (CMC), *social computing* e *sociable media* (BOYD, 2007, p.15).

Boyd e Ellison definem *sites* de redes sociais (*social network sites* - SNS) como sendo “*web-based services that allow individuals to (1)construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system*” (BOYD; ELLISON, 2008, p.211).

Dessa forma, os *softwares* sociais que permitem a criação de redes sociais virtuais se mostram como alguns dos principais componentes do padrão da *web* que, diferentes de uma página estática, permitem envolvimento dos usuários, interatividade e trocas de conhecimentos (PATRICK; DOSTSIKA, 2007).

As redes sociais na internet se originaram das denominadas “comunidades de interesse temático”, a partir dos BBSes e *newsgroups* da Usenet (criada em 1979, na Duke University nos EUA), que permitiram compartilhamento e organização temática de mensagens por várias instituições no mundo. Os BBSes são sistemas de comunicação muito utilizados da década de 1970 à de 1990, com troca de mensagens por conexões discadas. Os *newsgroups* são grupos de discussão que antecederam os grupos de



interação por *e-mails* e redes fechadas atuais. Ambos os tipos de grupo permitiam a interação entre desconhecidos que passavam a se relacionar em virtude de interesses comuns. Já as redes sociais da atualidade, em grande parte, favorecem contatos virtuais de indivíduos que já se conhecem nos espaços reais e que tornam, preferencial ou exclusivamente, a plataforma virtual um espaço de interação e trocas (AGUIAR, 2007).

Em meados de 2002 surgiram as redes sociais virtuais que fazem parte do que se denomina de nova geração das redes de relacionamento. A primeira rede baseada em 'círculo de amigos' que se popularizou foi o Friendster desenvolvido pelo cientista britânico Jonathan Bishop, em que os usuários criam perfis públicos e passam a associar-se a outros perfis, como de amigos e de amigos de amigos. Chegou a alcançar grande quantidade de usuários em pouco menos de um ano, cerca de 3,3 milhões. A seguir, outras redes sociais virtuais foram surgindo, como MySpace, Facebook e Orkut, os mais popularizados. Após essa propagação de *sites* de relacionamentos sociais, uma série de outros tem surgido, buscando mercados relacionados a grupos específicos, como adolescentes e, músicos (AGUIAR, 2007).

Compreende-se, pois, que a importância da computação social está atrelada às novas formas de participação das pessoas em um ambiente ainda a ser explorado. Na mesma direção, em termos de democracia e ações políticas, é possível acompanhar a inserção da sociedade na esfera pública com a internet, por meio, por exemplo, da "pressão que ela exerce sobre as administrações estatais e sobre os governos para mais transparência, abertura e diálogo" (LEMOS; LÉVY, 2010, p.52). Entretanto, mesmo em ambientes das redes sociais virtuais, há limitações à liberdade. Para Malini e Antoun (2013, p.162), "a liberdade na rede, para aqueles que querem transformá-la em *commoditie* 2.0, é uma liberdade negativa, porque, antes, é uma liberdade regulada por leis de direitos autorais e propriedade intelectual", não sendo caracterizada como liberdade infundável.

Recentemente, no Brasil, aponta-se mais preocupação de pesquisadores que buscam compreender as relações entre questões sociopolíticas e redes sociais virtuais, gerando uma série de trabalhos sobre o tema, como pode ser visto em Oliveira e Raminelli (2014), que discutem interações e ações de democratização realizadas pelo



Conselho Nacional de Justiça na página no Facebook. Em outro trabalho, Almada e Silva *et al* (2014) apresentam e discutem iniciativas civis de democracia digital com vistas à realização de ações políticas pelo Facebook. Nogueira e Castro (2014) investigam tipos e objetos da comunicação do Portal Brasil, no Facebook, buscando compreender as atividades comunicativas desenvolvidas pelo governo federal na rede social. Barreira (2014) discute a respeito de manifestações sociais, enfocando as Jornadas de Junho e repertórios culturais e políticos, especialmente diante do engajamento no Twitter e no Facebook. Tavares (2015) discute a importância das redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas e possibilidades de interação e organização em movimentos sociais, apresentando o caso de um movimento social contra a corrupção no Brasil.

Vista a importância das redes sociais virtuais na contemporaneidade, torna-se essencial atentar-se para a importância das mesmas e dos ciberespaços que elas oferecem como forma de desenvolvimento de práticas democráticas e ações coletivas da sociedade em busca de maior participação e empoderamento político em um contexto que se destaca pela fragmentação da democracia representativa, em tempos de não representatividade nos contextos políticos e da gestão pública.

Conclusões

As redes sociais virtuais, como resultado do avanço da *Web 2.0*, permitem a relação entre pessoas, tecnologia e comunidade, aspectos fundamentais da vida social (LAI; TURBAN, 2008). Portanto, a ampliação do uso dessas redes tem acompanhado a dinâmica relacional e comunicativa de grande parte da sociedade digitalmente incluída, de modo especial no que tange a relacionamentos e atividades diversas vivenciados pela juventude. A expansão do uso de dispositivos eletrônicos e o desenvolvimento de uma diversidade de *softwares* sociais têm levado a sociedade a uma conexão virtual cada vez mais dinâmica e intensa, tornando as redes sociais virtuais um local do ciberespaço movimentado por indivíduos com interesses distintos, de relacionamentos e busca ou disponibilização de informações diversas (notícias, músicas, fotografias, vídeos, etc.), de atividades de cunho político, por meio de cidadãos isoladamente, organizações sociais



diversas, partidos políticos, políticos, candidatos, instituições do governo e movimentos sociais.

Independentemente da natureza das organizações e de seus objetivos (ou mesmo dos indivíduos analisados por seus comportamentos fora de organizações e de coletivos), é fato que os espaços e as ferramentas disponibilizadas nos *softwares* sociais têm sido úteis à sociedade e ao Governo para criar e manter relações com outros atores, de acordo com seus interesses. Assim, ao reconhecer as ações políticas como objeto de interesse de indivíduos e organizações, as redes sociais virtuais se apresentam com importantes e interessantes elementos para fortalecer e revigorar debates e ações que dão vigor ao contexto sociopolítico, especialmente em sociedades permeadas por práticas tradicionais da política e por comportamentos de passividade política, como o Brasil, visto que as redes podem permitir maior acompanhamento do cenário político pelos interessados e a possibilidade de protagonismo a todo cidadão interessado em agir politicamente.

De fato, em qualquer sistema democrático, a mobilização da sociedade civil se apresenta como fator crítico para a democracia e nesse contexto as Redes Sociopolíticas Virtuais, por meio da internet, se destacam como pontes para o alcance de mais mobilização da sociedade civil no enfrentamento do Estado e de sua atuação, bem como na própria estrutura democrática que sustenta as relações entre Estado, Governo e Sociedade, das atividades democráticas e políticas, e da gestão pública cada vez mais próxima de um modelo eletrônico na oferta de serviços e de espaços de consulta e deliberações.

Como discutido ao longo desse estudo, há uma crescente apropriação dos espaços e ferramentas da internet e das TICs que favorecem continuamente a ampliação da esfera pública e o desenvolvimento da ciberdemocracia. Contudo, é imprescindível que estes fatores sejam acompanhados do melhor e maior acesso da sociedade às tecnologias e internet, e de um amadurecimento no uso destes recursos para as finalidades democráticas, favorecendo a ampliação da participação democrática e da governabilidade eletrônica. Em virtude da estratificação digital que impera na sociedade, como outras desigualdades, há que se pensar em formas de participação que não sejam também



elementos de exclusão política, como as formas de exclusão social e econômica existentes.

O estudo apontou ainda para a necessidade de aproveitamento das redes sociais como forma de alterar a própria estrutura da democracia, numa tentativa de desenvolver práticas e instrumentos de participação da sociedade que alterem as estruturas do Estado em relação à abertura política e de gestão por diálogo com a sociedade. Assim, os grupos sociais, em especial os movimentos organizados, podem se servir dos espaços e ferramentas das redes sociais para favorecer a radicalização da democracia, como forma de empoderar os atores sociais e redistribuir o poder político perdido para o Estado e outros interessados que duelam com os interesses da sociedade.

Referências

- AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2007a. Anais. Santos: Intercom, 2007a. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/porta_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf> Acesso em: 12 jan. 2012.
- ALMADA E SILVA, M. P.; ROSSETO, G. N. P.; CARREIRO, R. Diferentes objetivos, diferentes apropriações? O uso do Facebook por iniciativas civis de democracia digital no Brasil. **Verso e Reverso**, v.28, n.68, p.142-151, mai.-ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.09/4190>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- BARREIRA, I. A. F. Ação direta e simbologias das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, v.4, n.1, p.145-164, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/196/100>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- BOYD, D. The significance of social software. In: BURG, T. N.; SCHMIDT, J. (Eds.) **BlogTalks reloaded**: social software research & cases. Norderstedt: Books on demand, p. 15-30, 2007a. Disponível em: <<http://www.danah.org/papers/BlogTalkReloaded.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2012.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.13, n.1, p.210-230, 2008. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>> Acesso em: 27 fev. 2012.
- CARMO, P. S. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: Editora SEAC São Paulo, 2001. 279p.



CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLOMBO, C. Inovación democrática y TIC, ¿hacia uma democracia participativa? *IDP Revista de Internet, Derecho y Política*. n.3, p. 28-39, 2006.

CORRÊA, C. H. W. Comunidades Virtuais gerando identidades na sociedade em rede. **Ciberlegenda**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n.13, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/226/122>> Acesso em: 23 jan. 2012.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – ANAPOCS, 1995. 353p.

FERREIRA, H. Da sociedade da informação a uma sociedade da participação e da inclusão? **I Conferência Ibérica de Tic**, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, p. 20-27, 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 233p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HORTIZ, P. H. F. Das montanhas mexicanas para o ciberespaço. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, 2005.

LAI, L.; TURBAN, E. Groups formation and operations in the Web 2.0 environment and social networks. **Group Decision and Negotiation**, v.17, n.5, p.387-402, 2008.

LE MOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2004. 295p.

LE MOS, A.; LÉVY, P. **O Futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Editora Paulus, 2010. 258p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.

_____. **Ciberdemocracia**. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 249p.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278p.

NEGROPONTE, N. **Vida digital**. Trad. Sérgio Tellaroli. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOGUEIRA, J. P. F.; CASTRO, C. P. Internet, democracia e comunicação de governo – análise do conteúdo da página do Facebook do Portal Brasil da Presidência da República. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v.15, n.37, p.134-151, jan.-mar. 2014.

Disponível em:

<www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd1=14577&dd2=6930&dd3=pt_BR&dd99=pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.



OLIVEIRA, R. S.; RAMINELLI, F. P. O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Seqüência**, Florianópolis, n.69, p.159-182, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p159/28387>> Acesso em: 20 jan. 2015.

PATRICK, K.; DOTSIKA, F. Knowledge sharing: developing from within. **The Learning Organization**, v.14, n.5, p. 395-406, 2007.

RHEINGOLD, H. **Comunidade virtual**. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTOS JÚNIOR, D. L.; MANTOVANI, D. M. N. Comunicação nas redes sociais: um estudo com usuários das comunidades do Orkut. **Análise**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.21, n.1, p.30-41, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8235/5905>> Acesso em: 17 jan. 2012.

SHAW, A. Centralized and decentralized gatekeeping in an open online collective. **Politics & Society**, v.40, n.3, p. 349-388, 2012.

TAVARES, W. Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas: possibilidades de interação e organização em movimentos sociais. 2015. 402 f. **Tese** (Doutorado em Administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.